

O PEPAC e o Pacto Rural

Miguel Viegas, Universidade de Aveiro

A Política Agrícola Comum (PAC) e o Pacto Rural, ambos da União Europeia (UE) convergem no objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável e a coesão territorial. A PAC é a principal política da UE para o setor agrícola, com um orçamento significativo que representa cerca de um terço do orçamento total da EU.¹ Tem como objetivos centrais o apoio aos rendimentos dos agricultores, o desenvolvimento rural, a gestão dos

mercados agrícolas e a promoção da sustentabilidade ambiental. O Pacto Rural, por sua vez, foi lançado em 2020 como uma iniciativa complementar à PAC, com o objetivo de reforçar a governança local e a participação dos cidadãos, mobilizar investimentos públicos e privados para o desenvolvimento rural e facilitar a cooperação entre os diferentes atores do meio rural.² O Pacto Rural visa complementar a PAC, estimulando a diversificação das atividades económicas no meio rural e a criação de novos empregos e melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Aposta também na preservação do ambiente e do património cultural.

Contudo, a PAC é quem fornece verdadeiramente os recursos financeiros e os instrumentos de política necessários para a implementação do Pacto Rural. Este último contribui para a definição das prioridades da PAC, garantindo que estas sejam mais adequadas às necessidades das comunidades rurais. Para usar um exemplo, a PAC apoia o desenvolvimento de infraestruturas rurais, como estradas, banda larga e serviços básicos, o que facilita a implementação de projetos de desenvolvimento rural enquanto o Pacto Rural promove a criação de

ESCOLA animar 2024
06 MARÇO
FORMATO ONLINE
INSCRIÇÃO PRÉVIA NO LINK

SUSTENTABILIDADE E PACTO RURAL

- 16h00 **Acolhimento e Abertura**
Facilitador: Artur Cristóvão, UTAD
- 16h15 **Microninho**
Liliana Simões, ADSCCL
- 16h30 **O PEPAC/Pacto Rural**
Miguel Viegas, Universidade de Aveiro
- 16h45 **Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Tendências e Perspetivas a partir da Federação Minha Terra**
David Canaveira, Universidade de Lisboa, IGOT
- 17h00 **Ecosistemas de inovação social e sustentabilidade em territórios rurais: o Alto Minho como estudo de caso**
Sara Simões, UTAD
- 17h15 **Jornadas na Aldeia – Empreendedorismo Regenerativo**
Filipe Jeremias, iLocal
- 17h30 **Sistema Participativo de Garantia**
José Sousa Guedes, ADER SOUSA
- 17h45 **Debate e Síntese**
Síntese: Maria João Horta Parreira
- 18h30 **Encerramento**

animar | utad | ADSCCL | U LISBOA | IGOT | Ader-Sousa | PESSOAS 2030 | 2030 | Colaborando para a União Europeia

¹ Mais informações em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/>

² Mais informações em https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/rural-pact_en

redes de cooperação entre os diferentes atores do meio rural, o que pode ser útil para a gestão de projetos financiados pela PAC.

O PEPAC, Plano Estratégico para a PAC, constitui o instrumento que determina as regras de aplicação da PAC em Portugal entre 2023 e 2030. Representa uma soma total de cerca de 10 mil milhões de euros. O PEPAC, ao longo de todo o seu articulado, está devidamente alinhado com o Pacto Rural bem como outros documentos estratégicos da União Europeia, designadamente o Pacto Ecológico Europeu e a Estratégia do Prado ao Prato. Contudo, a concretização financeira do PEPAC não dá qualquer garantia de que iremos ter avanços significativos em matéria de coesão social e territorial. Isto assim acontece porque as regras de distribuição dos apoios continuam a concentrar o orçamento da PAC para uma reduzida parte do território e para uma minoria de agricultores. Desta forma, o PEPAC continuará provavelmente com rubricas que ficarão por concretizar por falta de dotação orçamental. Enquanto não houver um verdadeiro plafonamento das ajudas a partir dos 60 mil euros e uma regionalização do PEPAC que garante um envelope mínimo da PAC para todas as regiões do país, será muito difícil concretizar os objetivos do Pacto Rural e continuaremos com um país profundamente assimétrico.